

ORDENAMENTO MUNDIAL EMERGENTE E UMA POSSÍVEL CRISE NO SISTEMA ECONÔMICO INTERNACIONAL

Um dos temas mais relevantes da Agenda Internacional no momento é a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). A mais de 50 anos com a mesma estrutura, o Conselho tem sido alvo de inúmeras discussões e as mais diversas propostas têm sido apresentadas.

O secretário-geral Kofi Annan, quando há meses apresentou um amplo programa de reforma da ONU, pediu aos Estados-Membros que tomassem uma decisão a respeito do Conselho de Segurança até setembro deste ano. Há um consenso de que o Conselho deve ser ampliado de 15 membros para 24 Estados-Membros.

Por conta disto, observa-se uma grande movimentação no campo das Relações Internacionais visando compor um novo ordenamento mundial emergente, com dois grandes blocos de países disputando espaços na nova geopolítica mundial: o G-4, grupo constituído pelo Brasil, Japão, Alemanha e Índia, e o chamado Grupo Unido pelo Consenso, formado pela Itália, Argentina, México, Coreia do Sul, Paquistão e China.

O G-4 defende o chamado Modelo A, ou seja, a expansão do Conselho de Segurança pela criação de seis cadeiras permanentes, que seriam ocupadas pelo Brasil, Alemanha, Japão e Índia e dois países africanos. As demais cadeiras seriam ocupadas por membros temporários. O Grupo Unido pelo Consenso defende o Modelo B, que prevê a manutenção dos atuais membros permanentes (EUA, Rússia, Inglaterra, França e China) e a ampliação das cadeiras dos Estados-Membros temporários, porém com aumento do tempo de mandato.

Mais que apoios às candidaturas do G-4, há vetos cruzados. Os Estados Unidos rejeitam a candidatura da Alemanha e não se pronunciam sobre as do Brasil e da Índia. A Coreia do Sul e China se opõem ao Japão. O México se opõe ao Modelo A. A Argentina tem a mesma posição do México, mas é explícita na oposição à candidatura brasileira. O Paquistão não quer a Índia no Conselho de Segurança, permanentemente. E por aí vai.

No entanto, paralelamente, há uma intensa rearticulação das forças e dos interesses geopolíticos em diversas partes mundo, que também influenciam e podem gerar uma possível crise no sistema econômico mundial.

A situação no Oriente Médio não refluiu após a morte do líder palestino Yasser Arafat, pelo contrário, a intensidade da violência aumenta dia a dia, mesmo após a promessa de Israel desocupar algumas áreas importantes para os palestinos, particularmente, na faixa de Gaza.

No Iraque, mesmo após as eleições, a situação política é instável e a população está tão ou mais aterrorizada que no sistema ditatorial de Saddam Hussein. A Al Qaeda intimidada, amedrontada, espalha o terror na Região e no mundo. A potência hegemônica reage ao terror com mais terror.

No Irã, o ultraconservador Mahmoud Ahmadinejad saiu vitorioso no segundo turno das eleições presidenciais, disputado com o conservador moderado Akbar Hachemi Rafsandjani.

O resultado das eleições no Irã também foi recebido com preocupação no Oriente Médio, especialmente nas monarquias do Golfo Pérsico. Os regimes pró-ocidentais da região temem que a chegada de um homem da linha-dura agrave o conflito com os EUA e resgate a retórica de confronto da época do aiatolá Khomeini, fundador da República Islâmica.

No oriente persiste a insistência da Coreia do Norte em testar artefatos atômicos para intimidar a região. A Rússia enfrenta problemas com as ex-repúblicas.

A União Européia passa por um processo de votação da nova Constituição. Para ser aprovada, necessita de pelo menos 80% dos países que a estarão compondo até o final de 2006, ou seja, 20 dos 25 Estados-Membros. Oito já aprovaram o projeto, outros sete votarão nos próximos meses, oito votarão no próximo ano e França e Holanda votaram "não" à Constituição. O "não" francês e holandês podem influenciar os próximos votos. Na verdade, não é uma tragédia, mas obriga a se repensar a estratégia adotada.

Na América Latina, reaparecem as democracias populistas com tudo de pior que pode nelas existir (fisiologismo, corrupção, ineficiência administrativa, assistencialismo etc..). O Brasil,

que naturalmente poderia exercer uma forte liderança regional, concentra seu esforço na obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, que pouco acrescenta neste momento e além de tudo, divide o subcontinente.

Nos EUA, a população começa a dar indícios de cansaço com a guerra do Iraque. Os índices de aprovação do Presidente Bush começam a cair.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório sobre a estabilidade financeira global, divulgado no início deste mês, admite que há preocupação com os desequilíbrios fomentados pela continuidade dos fluxos de capital para os EUA. Um dos riscos, segundo o documento, é uma "desvalorização drástica e desordenada do dólar."

Fred Bergsten, diretor do Instituto Internacional de Economia, um think tank conservador de Washington, listou na revista *The Economist* os cinco principais riscos para o mundo neste momento, três deles nos EUA: o crescimento do déficit em conta corrente, levando ao colapso do dólar, o descontrole do orçamento americano e o fortalecimento de práticas protecionistas. Os outros tratam do superaquecimento da economia chinesa e uma disparada nos preços do petróleo.

O Sistema Econômico Internacional, que tem o dólar como moeda oficial, poderá entrar em crise caso se concretizem as previsões de Bergsten. Os analistas mais céticos acreditam que uma nova crise poderá ocorrer na economia mundial, como a de 1929, caso não se tomem medidas para equilibrar a economia americana.

A União Européia, por exemplo, busca uma alternativa com a introdução do Euro, que tornou-se uma realidade em toda a Europa a partir do dia 1 de Janeiro de 2002. Dos 25 países da UE, 12 adotaram o euro como moeda única e nos quais é conduzida uma política monetária única sob a responsabilidade dos órgãos de decisão do Banco Central Europeu. São eles: Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal e Finlândia.

Em síntese, uma nova geopolítica está se desenhando a partir da reforma do Conselho de Segurança da ONU e das alianças subseqüentes. Além disso, o equilíbrio regional que passa, muitas vezes, pela superação de antagonismos históricos, pode ser rompido a qualquer momento em diversas áreas do planeta, em função de interesses econômicos e políticos de países com maior expressão no concerto das Nações.

É lícito antever uma possível crise no Sistema Econômico Internacional, num prazo de 15 a 30 anos, que poderá ser deflagrada pelo colapso do dólar, pelo crescimento exagerado da China, monopolizando segmentos importantes da atividade econômica mundial, ou pela disparada do preço do petróleo.

O Brasil precisa urgentemente analisar com maior intensidade estas e outras possibilidades e utilizar o conhecimento disponível para a elaboração de cenários prospectivos para de forma soberana e responsável construir seu próprio futuro.